

ANTI-REPRESENTACIONISMO E REALISMO¹

Tiago Medeiros

Coordenador de Estudos e Documentação do Instituto Anísio Teixeira

Bacharel em Filosofia pela UFBA

tiagomedeiroscontato@gmail.com

RESUMO: Os debates sobre o realismo ocupam um papel fundamental no acervo dos tópicos filosóficos do século passado. A atenção que Michael Dummett dedicou a esses debates promoveu uma notável ampliação de seu conteúdo e assegurou uma progressiva relevância filosófica a seus desdobramentos. Nesse artigo, abordo esses debates a partir de uma perspectiva anti-representacionista que vem a traduzi-los no escopo do paradigma do “espelhamento”. Para tanto, tomo como base teórica o pensamento de Richard Rorty e como motivo de condução a tese segundo a qual “o mundo está dado, mas verdade não está dada”. Os resultados apontam para o abandono do realismo como pauta filosófica e, em última instância, para uma modificação na autoimagem dos filósofos.

PALAVRAS-CHAVE: Anti-Representacionismo; Realismo; Conhecimento; Pragmatismo.

ABSTRACT: The debates about realism play a central role in the collection of philosophical topics of the last century.

The attention that Michael Dummett has devoted to these debates, promoted a notable expansion of its content and ensured a progressive philosophical relevance to their developments. In this paper, we approach these discussions from an anti-representationalist perspective that comes to translating them into the scope of “mirroring” paradigm. To do so, I take as the theoretical basis the thoughts of Richard Rorty and the argument that “the world is given, but the truth is not given.” The results point to the abandonment of realism as a philosophical agenda, and ultimately to a change in the self-image of the philosophers.

KEY-WORDS: Anti-Representationalism; Realism; Knowledge; Pragmatism.

Em *Contingência Ironia e Solidariedade*² (RORTY, 2007), Richard Rorty afirma que há uma diferença entre dizer que o mundo é dado e dizer que a verdade é dada³. O objetivo disso é esclarecer que a noção de verdade não pode ser a de correspondência com a realidade, uma vez que verdade é atributo estritamente linguístico e que a linguagem nada mais é do que uma prática social. Com essa perspectiva, o autor aproxima-se de uma posição deflacionista e pragmatista que reduz o conteúdo do predicado verdade a um uso acautelatório e traduz sua relevância no horizonte da justificação. Assim, ele acredita que vincular práticas linguísticas a uma realidade não-humana é uma tentativa de escapar dos limítrofes transitórios de comunidades finitas. O que pode perfeitamente — e até mesmo para uma melhor realização de nossas metas políticas —, ser legado ao ostracismo.

Todavia, é importante notar que a abrangência dessa afirmação de CIS envolve algo mais do que uma reflexão deflacionista sobre a verdade. Ela parece pressupor que há uma concepção tendenciosa a uma espécie de realismo ontológico por parte do neopragmatista. Isso quer dizer que, ao enunciar que o mundo é dado, Rorty estaria, supostamente, assumindo uma posição realista mínima sobre o mundo, sem a qual, poderíamos supor, seu pragmatismo recairia no antigo subjetivismo dos idealistas.

Nesse texto, minhas metas serão (1) esboçar um mapa com algumas das principais posições de Rorty que o levaram a sustentar afirmação de CIS, (2) apresentar uma discussão sobre realismo fazendo algumas conexões com a leitura de Rorty sobre Dummett e, por fim, (3) apresentar a posição anti-representacionista (embasada nas teses de Rorty apresentadas

na parte 2) como recurso alternativo ao paradigma filosófico representacionista que contempla o realismo.

ASPECTOS DO NEOPRAGMATISMO DE RORTY

É preciso observar alguns aspectos do pensamento de Rorty que o fazem sustentar essa afirmação de CIS e, ademais, é preciso discutir alguns pressupostos dessa afirmação antes de circunscrever o raio de alcance de suas conseqüências. Isso servirá de motivo para a abordagem do tema do anti-representacionismo. Em *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Rorty desenha a árvore genealógica da epistemologia (e, com isso, da filosofia anglo saxônica de matriz analítica) moderna. Um traçado que, além de servir de construção das principais teses elaboradas pela filosofia de língua inglesa, pretende descrever o caráter contingente dos problemas filosóficos postulados pela tradição epistemológica a partir da localização das circunstâncias histórico-filosóficas que engendraram sua necessidade e urgência, de um modo a reconhecê-los como inteiramente opcionais. Essa narrativa abarca desde o ingresso no problema cartesiano da duplicação substancial até o seu possível eclipse no surgimento da perspectiva hermenêutica da tradição continental.

A consecução desse movimento narrativo é oportunizada a partir do enfoque na noção de mente, amplamente estudada e discutida nos departamentos de filosofia norte americanos, como um primeiro aspecto do reinado da epistemologia que deve ser redescrito. Sob uma perspectiva epistemológica, é na mente que reside a nossa “essência especular” — a

característica que nos torna conscientes e autoconscientes, e que, portanto, nos diferencia dos demais organismos da natureza. Essa essência especular é tal como um espelho cuja imagem refletida pode representar a natureza fidedignamente — mas cuja falta de polimento de algumas partes pode fazer com que a imagem refletida não seja de adequada fidelidade ao que nos impute o mundo externo. O papel da filosofia seria o de verificar o aparelho mental, o espaço interno, tendo como resultado o conhecimento preciso que legitimaria a atividade filosófica como sendo a atividade de endossamento ou coibição das instituições e práticas, conforme a capacidade de atendimento ao requisito da representação. Essa é, sugestivamente, a ideia que está pressuposta em todo o desenvolvimento da epistemologia, segundo Rorty.

Interessa-me aqui acentuar que os desdobramentos desse ponto de vista são combatidos por Rorty, em diferentes partes de sua obra, com um fisicalismo não-redutivo (RORTY, 1997, p. 157 a 173) aliado ao chamado behaviorismo epistemológico (RORTY, 1994, p. 180). Rorty apresenta o fisicalismo como tendo amparo em Donald Davidson e o behaviorismo epistemológico de PMN como possibilitado por Sellars e Quine. A respeito do fisicalismo, ele pontua que seu fundamento se dá na interligação de algumas teses (davidsonianas): (1) a tese de que “as razões podem ser causas”, (2) a tese de que “não há nenhuma relação entre não-sentenças e sentenças (ou entre não-crenças e crenças) que possa ser chamada uma relação ‘que torna verdadeiro’” e, por fim, (3) a tese de que “metáforas não tem significados” (RORTY, 1997, p. 158).

O diálogo dessas três teses oportuniza a crença de que é possível descrever eventos sob a égide de relações causais de microestruturas (fiscalismo) e aceitar harmonicamente descrições paralelas sobre o mesmo evento (não-redutivismo), as quais geralmente se aplicam às macroestruturas sob um jargão preservado pelo uso comum. Assim, Rorty define um fiscalista como:

alguém que está preparado para dizer que todo e qualquer evento pode ser descrito em termos microestruturais, uma descrição que só menciona partículas elementares, e que pode ser explicada por referência a outros eventos assim descritos. (Idem, p. 159)

E conclui sua interpretação de Davidson dizendo:

Portanto, dizer que Davidson é um fiscalista anti-reducionista é dizer que ele combina essa asserção com a doutrina de que ‘redução’ é meramente uma relação entre itens lingüísticos, não entre categorias ontológicas. (Idem, p. 159)

O fiscalismo não-redutivo sobre o mundo, então, permite que Rorty recorra a uma perspectiva que assegura o que filósofos da mente chamam de “estados mentais” ou “entidades mentais” como podendo ser redescritos enquanto disposições físicas causadas por microestruturas em processos neurológicos. Destarte, delimita disposições como dores, prazeres e outras manifestações ditas “mentais de curto prazo” na mesma

esfera do que os behavioristas chamam de “disposições comportamentais” (RORTY, 1994, p.123).

A conjunção desse fisicalismo e da tônica nas manifestações comportamentais é coadunada na idéia de behaviorismo epistemológico. Na redescrição darwiniana e fisicalista, sujeito e mundo são postos em termos de organismos e ambientes. Isso, em última instância, oportuniza uma versão do conhecimento como consequência de conversação em práticas sociais e não de confrontação entre mente e mundo. O argumento que embasa essa ideia, e que, ademais, liga o fisicalismo ao behaviorismo epistemológico é: (1) se a relação entre organismos e ambiente possibilita a imersão de descrições desse ambiente, o faz apenas como consequência de uma relação de causalidade, na qual o ambiente estimula certas mudanças nos organismos e as reações desses organismos revertem-se em descrições respectivas, cuja finalidade é a predição para controle e manipulação do próprio ambiente; (2) com base na terceira tese do fisicalismo, as metáforas não são manifestações camufladas de descrições literais, por isso, a comunicação entre organismos baseia-se na menção a estímulos que o ambiente provoca mediante o uso de ruídos e marcas (RORTY, 1999, p.50), cujo uso feito por outros organismos, com a finalidade de fazer menção a estímulos similares ou miméticos, forma um complexo de símbolos denominado linguagem; (3) a linguagem, nessa medida, é um aglomerado de metáforas mortas – ou seja, tornadas literais — cujo uso promove a comunicação entre organismos que almejam o controle e a manipulação do ambiente que lhes provoca e lhes causa reações. Portanto, a linguagem e o conhecimento são atributos de interação

social. Assim, Rorty desenha a proposta do behaviorismo epistemológico e diz que sua “essência” é “explicar a racionalidade e a autoridade epistêmica por referência ao que a sociedade nos permite dizer, mais do que o contrário.” (RORTY, 1994, p. 179)

Ao fim e ao cabo, tal noção é também alcunhada de holismo, uma espécie de holismo “que não requer quaisquer suportes metafísicos idealistas” (idem, p. 180), na medida em que entende a linguagem como complexo de símbolos cuja estrutura mantém-se em constantes readaptações conforme exigências de incorporação de novas experiências, de um modo diferente do concebido pelos atomistas. Assim, Rorty diz:

ser behaviorista, no sentido amplo em que Sellars e Quine são behavioristas, não é oferecer análises reducionistas, mas recusar-se a tentar certo tipo de explicação: o tipo de explicação que não apenas interpõe tal noção como ‘familiaridade com significados’ ou ‘familiaridade com aparências sensoriais’ entre impacto do ambiente sobre os seres humanos e seus relatos a respeito, mas usa tais noções para explicar a confiabilidade de tais relatos. (RORTY, 1994, p. 181)

Essas duas posições filosóficas — behaviorismo epistemológico e fisicalismo não-redutivo — minam o pressuposto básico da epistemologia enquanto teoria que se preocupa com os traços do espaço interno preenchido por representações. Se a mente não é um grande espelho que reflete acuradamente a realidade, o seu conteúdo não pode ser as tais representações cujos níveis de acurácia determinam a exatidão na correspondência

e, desse modo, fazem reluzir o predicado verdade. Ademais, uma vez assumindo que tanto a mente quanto o ambiente com o qual o indivíduo interage são melhor descritos como um conglomerado de relações causais entre microestruturas, a pureza imagética e não táctea das “entidades mentais” perde o sentido. Assim, a ideia de epistemologia como “filosofia primeira”, porquanto “fundamento do conhecimento”, porquanto “conhecimento do conhecimento”, porquanto “conhecimento do espaço interno” pode ser renegada. As representações que figuram no espaço interno são, então, um falso problema.

Em suma, percebemos que a posição fisicalista de Rorty lhe faz assumir um mundo configurado por relações causais e seu behaviorismo epistemológico o faz assumir uma posição do conhecimento enquanto prática social cujos resultados são oferecidos justamente em consonância com a comunidade. Perde-se, nessa medida, o foco subjetivista volta-se, em contrapartida, para uma perspectiva de intersubjetividade do tipo habermasiana.

UMA DESCRIÇÃO DOS DEBATES SOBRE O REALISMO

O intuito de dissolver a autoimagem da filosofia centrada na epistemologia, conforme podemos notar, é a grande tarefa de PMN. Mas a compreensão de que o *self* é uma realidade lingüística, uma rede de crenças e desejos (RORTY, 2007, p.57), cujo entrelaçamento é proporcionado por estímulos oriundos da interação com o ambiente (conforme sustenta o fisicalismo), não haveria de nos forçar à concordância

de que há algo que pré-existe aos seres humanos? Afirmar essa pré-existência não implica em negar o idealismo e assumir o mais tradicional realismo?

A afirmação de que há algo que existe independentemente de nossa existência é o que caracteriza o realismo ontológico. A afirmação de que há algo que existe independentemente de nosso conhecimento sobre ele é o que caracteriza o realismo epistêmico. Segundo Machado,

O termo “realismo” surgiu como o nome de uma teoria *metafísica*, sobre aspectos essenciais do *mundo*. Uma das posições na famosa querela dos universais, por exemplo, é denominada *realismo*. De acordo com o realismo, universais são entidades *reais*, ou seja, *existem* e sua existência é *independente de nós*. O realismo sobre o mundo empírico afirma que o mundo empírico também existe independentemente de nós (MACHADO, 2007, p. 73)

Percebemos com isso que o que marca o realismo é, em primeiro lugar, a força assertiva na concepção do termo “independência” em se referindo a algo não-humano. Algo existe realmente se é, em alguma hipótese, independente do humano. É isso, aliás, o que permite a caracterização de Kant como um realista empírico, ainda que não deixando de ser um idealista transcendental⁴. Como bem observa Porchat, “o realismo metafísico postula uma realidade concebida como existente em si mesma, com uma natureza constituída de modo determinado e independentemente de nossa capacidade cognitiva.” (PORCHAT, 2007, p.174).

O foco na questão da existência independente, quer seja com relação à própria existência dos humanos (realismo ontológico), quer seja com relação ao conhecimento desses (realismo epistêmico), direciona os debates a respeito do conhecimento para uma hipótese que pressupõe ser preciso ter fundamentos para as descrições de predição, sendo que esses fundamentos localizam-se, por sua vez, na própria existência independente. Desse modo, a hipótese orienta-se na questão sobre qual seria a relação de nossas asserções com a realidade independente, uma questão que versaria sobre o que nos garante a verdade daquilo sobre o que estamos falando. O que interessa, nessa interpretação, é que a existência efetiva do algo sobre o qual estamos falando nos imprima algo de sua realidade – que independe de minha existência e de minha descrição a respeito –, nos permitindo, com isso, uma observação sólida, segura e compartilhável que torne nossa crença a respeito verdadeira e justificável, nos permitindo caracterizar como conhecimento.

No início do século XX, Michael Dummett transformou as disputas filosóficas dos realistas contra os que se opõem às suas teses nas disputas entre realistas e anti-realistas, traduzindo-as de tal forma que o foco da disputa residia numa dimensão estritamente semântica. Assim, diz: “uma disputa sobre realismo pode ser descrita linguisticamente como sendo sobre a questão de se certas expressões – termos gerais de objetos materiais – possuem, genuinamente uma referência” (DUMMETT, 1963, p. 145)⁵. Ou seja, a questão é deslocar o ponto sobre o qual questionamos se a entidade da qual falamos é real para o ponto que nos apresenta o horizonte do que se referem alguns de nossos

enunciados. Por essa razão, Dummett esclarece que considera como medida exata e adequada para se referir às disputas entre realistas e anti-realistas aquela que as vincula “não a uma classe de entidades ou uma classe de termos, mas a uma classe de enunciados” (Idem, p. 146).

Ao fim e ao cabo, pressupõe-se a tradicional distinção entre o empirismo tradicional e a sua versão analítica. A ideia é oferecer à filosofia elementos que a norteiem para compromissos linguísticos em substituição aos compromissos da experiência. Nesse ínterim, a posição realista é aquela segundo a qual a compreensão de enunciados pertencentes a certas classes de enunciados é possibilitada independente da determinação de seus valores de verdade, ao passo que a posição dos anti-realistas é aquela segundo a qual a compreensão desses mesmos enunciados nessas mesmas classes de enunciados é impossível sem a determinação de seus valores de verdade. A disputa entre realistas e anti-realistas em relação à classe de enunciados é, então, a disputa sobre a determinação do significado de nossos enunciados. Como conclui Machado, “a disputa diz respeito ao tipo de significado que os enunciados da classe em disputa possuem: ou o significado dos enunciados é determinado pelos meios de que dispomos para determinar seus valores de verdade ou não é” (MACHADO, 2007, p. 75).

Deixando de lado os filósofos que criticaram a tradução semântica de Dummett a respeito das disputas entre realistas e anti-realistas, apelo diretamente para o tópico da verdade, apresento a posição de Rorty em relação a essa interpretação dummettiana. Por pôr a querela do realismo

como tendo base na disputa quanto ao significado da classe disputada, Rorty conclui que para Dummett “filosofia da linguagem é filosofia primeira” (RORTY, 1997, p.15). De acordo com o neopragmatista, o ponto de partida da posição dummettiana é a transmutação da pergunta sobre se “a realidade material é ‘dependente da mente’” para “a questão sobre que tipos de asserções verdadeiras, se alguma houver, encontram-se em relações representacionais para com itens não-linguísticos.” (RORTY, 1997, p.14). Desse modo, Dummett está disposto a aceitar como profícua a leitura que põe em conexão itens linguísticos com itens não-linguísticos, uma conexão que visa sancionar a verdade dos itens linguísticos em questão, desconsiderando, portanto, a segunda tese do fisicalismo. É importante perceber que aqui que há uma reciprocidade entre essa sanção da verdade, esse ato de tornar verdadeiro um enunciado em virtude da conexão com um item não-linguístico, e a representação tradicional da epistemologia clássica. Essa reciprocidade consiste em que o “item não-linguístico que torna S verdadeiro é o item representado por S” (idem, p.16).

Os pontos levantados, então, podem ser resumidos em (1) a tradução semântica de Dummett sugere uma adesão ao representacionismo da epistemologia clássica, uma vez que (2) acredita que é possível e recomendável traduzir a função de representar na função de tornar verdadeiro e (3), com isso, encontrar o elemento que legitime a filosofia da linguagem como filosofia primeira. A conclusão inevitável da interligação desses três pontos confere à tese de Dummett as características de uma tese situada no interior de um

paradigma representacionista. Segundo essa tese, a disputa entre realistas e anti-realistas é uma disputa que visa determinar um grupo de filósofos que aceitam que há questões de fato que nossos enunciados representam e um outro grupo que nega isso. Conforme formula o próprio Dummett:

Eu caracterizo o realismo como a crença em que enunciados da classe disputada possuem um valor de verdade objetivo, independentemente de nossos meios de conhecê-lo; eles são verdadeiros ou falsos em virtude da realidade existente independentemente de nós. O anti-realista opõe a isso o ponto de vista de que enunciados da classe disputada devem ser compreendidos somente em referência ao tipo de coisa que nós contamos como evidência para um enunciado dessa classe. (DUMMETT, 1963, p. 146)

Portanto, idealistas, céticos, realistas ontológicos e epistêmicos são partícipes dessa disputa, uma vez que todos estão dispostos a orientar a atividade filosófica nas questões relativas ao que dizer objetivamente sobre o mundo: ou nossos enunciados estão fundamentados numa realidade objetiva independente de nós ou dependem de nossa iniciativa descritiva tanto os valores de verdade dos enunciados quanto a própria realidade objetiva. O ponto nevrálgico da disputa é a própria noção de objetividade. Há quem a reivindique fazendo uso dos recursos realistas e há quem a reivindique fazendo uso dos recursos de seus oponentes.

Essa descrição dos debates sobre o realismo oferece bases para a sustentação de que o próprio realismo, em sua versão mais ampla proporcionada por Dummett, não é meramente uma tese que compreende a existência de um

mundo dado, mas, além disso, orienta a atividade filosófica no horizonte da objetividade, de que é preciso reconhecer alguma relevância na afirmação de que há algo independente dos homens que os situa num mesmo quadro referencial para formação da linguagem e para a atuação no mundo. Compreender que o anti-realismo é uma tese que nega a independência desse algo, ou seja, que afirma que qualquer enunciado depende de valores de verdade determinados anteriormente pelos homens é importante para que observemos que o anti-realista defende também a relevância em se falar de dependência ou independência e, portanto, de se refletir sobre os meios pelos quais podemos falar com segurança sobre a mesma objetividade. Realistas e anti-realistas, dentro do oferecido por Dummett, parecem ser anversos de uma mesma moeda cujo valor reside no representacionismo.

ANTI-REPRESENTACIONISMO

Para problematizar um pouco mais a questão, a espécie de realismo mínimo (ou realismo de senso comum, advogada por Porchat), que parece pairar sobre o neopragmatismo de Rorty, decorre da intuição de que é absurdo negar a existência de algo independente de nós. Nesse sentido, precisaríamos afirmar que, de fato, algo tem de pré-existir às nossas descrições. É oportuna a seguinte citação de Costa a respeito:

Rorty não tematiza o fato de que ‘as árvores e as estrelas’ existem antes de que viéssemos a falar. Isto

pode insinuar que, de forma essencialista ou não, admite-se uma sorte de ‘realismo mínimo’ que permite afirmar que ‘a realidade das árvores e das estrelas’ antecede sua descrição. (COSTA, 1995, p. 35)

Assim, ao passo que Rorty parece oscilar dentro da dinâmica realista, Costa (que é um rortiano assumido) busca assumir um tipo de anti-realismo radical: “Concordo com Rorty, mas [...] digo, novamente, que a ‘realidade das árvores e das estrelas’ considerada como ‘realidade’ também é uma realidade fundada em acordo linguístico” (idem). Isso justifica-se, conquanto Costa verifica que nenhuma descrição de realidade é unânime, inquestionável ou desvinculada de propósitos específicos e, por isso, não há a independência que o realismo (ainda que mínimo) reivindica. Daí, “as intuições do senso comum que temos sobre a ‘realidade’ das ‘realidades não-linguísticas’ também são intuições que construímos, com vista a acordos linguísticos” (idem); e, por fim, “a definição [...] de realidade não-linguística como a realidade que independe de descrição para existir não se sustenta” (idem)

O que essa conclusão de Costa torna latente é a dúbia interpretação que o neopragmatismo de Rorty nos oferece em relação ao seu posicionamento na querela do realismo, o que, por conseguinte, poderia afigura-se como um problema interno à obra do autor. Se, por um lado, a afirmação de CIS nos sugere um realismo mínimo, os desdobramentos das teses do próprio Rorty embasam esse anti-realismo de Costa.

Contudo, o anti-representacionismo que vejo esboçado em partes da obra de Rorty pode fornecer um arsenal argumentativo que sirva de alternativa tanto ao realismo quanto ao anti-realismo. Como mencionei acima, ambos situam-se no interior do paradigma representacionista, uma vez que enfoca na pré-existência do mundo e justapõe uma objetividade que emerge como postura filosófica inevitável. Assim, ser realista ou ser anti-realista é sustentar uma postura de representação e confrontação no elo (tradicionalmente, mente ou linguagem) do homem com o mundo.

O anti-representacionismo (1) nega utilidade a qualquer referência a tópicos supra-históricos, quer seja (como gostariam os filósofos setecentistas) apelando para a mente, quer seja (como gostariam os filósofos analíticos) apelando para a linguagem; (2) considera a linguagem uma troca de ruídos e marcas (RORTY, 1999, p. 50) e foi firmada na ambiência na qual vivem os seus usuários, não podendo, portanto, estar mais ou menos fora do contato com a “realidade” do que o próprio corpo humano (como pressupõe as teorias dualistas). Além disso, o anti-representacionista (3) nega “que seja proveitoso para a explicação selecionar e escolher algo entre os conteúdos de nossas mentes ou de nossa linguagem, bem como dizer que este ou aquele item ‘corresponde a’ ou ‘representa’ o ambiente de uma forma que algum outro item não faz” (RORTY, 1997, p.18). Dessa forma, a própria idéia de acurácia como algo que pode ser avaliado cai por terra, uma vez que os anti-representacionistas (4) “não vêm nenhum meio de formular um teste de acurácia independente da representação — um teste de referência ou correspondência a

uma realidade ‘antecedentemente determinada’ –, nenhum teste distinto do sucesso supostamente explicado por essa acurácia” (RORTY, 1997, p.19).

Em suma, os problemas filosóficos tradicionais, desdobrados das concepções de mente e linguagem, que dá suporte à própria querela do realismo, são um atributo da tradição representacionista. Os quatro pontos mencionados acima justificam a postura mantida pelo anti-representacionista de recusa à relevância aos tópicos do realismo e do anti-realismo. Assim, ao convergir fisicalismo e behaviorismo epistemológico como duas atitudes anti-representacionistas, Rorty sugere um ponto de partida alternativo para a atividade filosófica restrita à querela do realismo desenhada por Dummett.

Com base nisso, devemos observar que o ponto nevrálgico da posição anti-representacionista situa-se na tese pragmatista e hermenêutica de que a ação sobre o mundo independe da certeza sobre se mundo é o mesmo para todos. Noutras palavras, não é preciso a segurança sobre se o mundo é consequência de nossas práticas construídas contextualmente para atendimento a propósitos específicos (anti-realismo) ou se, ao contrário, o mundo é o que precisamente permite a construção dessas práticas (realistas), por lhes ser anterior, não é preciso disso, eu dizia, para que nós construamos tais práticas. A relação dos seres humanos (organismos) com o mundo (ambiente) desdobra-se em ação (*praxis*) e criação (*poiesis*), com as quais as descrições que elaboramos se concretizam.

Voltando à parte 2, o misto da compreensão dos homens como seres biológicos complexos em interação com um

ambiente adverso (fiscalismo), com a ideia de que as práticas sociais são consequência do intercâmbio desses organismos num processo de conversação (behaviorismo epistemológico), viabiliza a crença de que a intervenção do homem no mundo não carece da certeza sobre se é o homem ou o mundo o que pré-existe e deve definir nossos conceitos e orientar nossas explicações.

A questão sobre se a frase de CIS que afirma o mundo como dado estaria, supostamente, afirmando uma existência externa que, por sua vez, estaria pressupondo uma posição realista, encontra, então, uma resposta negativa. Afirmar que o mundo é dado, é afirmar que estamos em interação com um ambiente que nos provoca estímulos e contra o qual reagimos e não afirmar que sabemos haver uma existência externa que representamos em nosso espaço interno e que é fundamental para que nossos itens lingüísticos se tornem verdadeiros ao se conectar com os itens não-lingüísticos. O ponto de toque da distinção é o foco que o realismo (e, por tabela, o anti-realismo) atribui à contemplação e que o fiscalismo atribui à interação.

Uma autoimagem da filosofia decorrente dessa consideração incorpora uma relação da filosofia com as demais áreas da cultura diferente, a partir da revisão dos pontos de pauta de sua agenda.

NOTAS

¹ Texto elaborado como resultado de algumas discussões desenvolvidas pelo Grupo de Estudos de Filosofia e Modernidade *Poética Pragmática*, sob a orientação do Prof. Dr. José Crisóstomo de Souza.

² Doravante CIS.

³ “Precisamos fazer uma distinção entre a afirmação de que o mundo está dado e de que a verdade está dada. Dizer que o mundo está dado, que não é uma criação nossa, equivale a dizer, com bom senso, que a maioria das coisas no espaço e no tempo é efeito de causas que não incluem os estados mentais humanos”. (RORTY, 2007, p.28)

⁴ “A possibilidade da experiência é, pois, o que confere realidade objetiva a todos os nossos conhecimentos *a priori*.” (KANT, 2001, p. 194.) Cf. KANT, 2001: B195 — A156, B303. Todas essas passagens reiteram a afirmação do realismo objetivo de Kant.

⁵ Todas as citações desse texto são de minha tradução.

REFERÊNCIAS

COSTA, J.F. **A Face e o verso: Estudos sobre o homoerotismo II**, Ed. Escuta: São Paulo, 1995.

DUMMETT, Michael. *Realism*. (1963) In DUMMETT, Michael. *Truth and Other Enigmas*. Cambridge/MA: Harvard University Press (1978).

KANT Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução Alexandre Morujão, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MACHADO, Alexandre N. **Deflacionismo, Realismo e Verdade**. In SALLES. J.C. (org) *Pesquisa & Filosofia*. Quarteto: Salvador, 2007.

PORCHAT, Oswaldo. *Verdade, realismo, ceticismo* In PORCHAT *Rumo ao ceticismo*. UNESP São Paulo 2007.

RORTY, Richard. **Objetivismo, relativismo e verdade: escritos filosóficos volume I**. Tradução Marco Casanova, Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1997.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**, tradução Antônio Trânsito, Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1994.

RORTY, Richard. **Contingência Ironia e Solidariedade**. Tradução Vera Ribeiro, Martins Fontes: São Paulo, 2007.

RORTY, Richard. **Philosophy and social hope**. London: Penguin Books, 1999.